

# O JARDIM QUEM QUER”

necessidade de fazer uma segunda... Não há falta nenhuma de clareza. O que há é sistematicamente uma atitude do GR de desinformação e, infelizmente, o mercado de comunicação que é pouco plural e, portanto, tenta reproduzir acriticamente as mentiras que são vendidas pelo Governo Regional.

**Faz sentido nessa contabilização incluir o que será o valor dos hospitais actuais? Vamos lá a ver.** O que a República se comprometeu a fazer e o que é razoável, são as necessidades de financiamento. Ora, as necessidades de financiamento líquido, em termos monetários, tem em conta também a mobilização de recursos próprios resultantes da alienação do património, actualmente existente, dos hospitais em funcionamento, que, de acordo com a avaliação do próprio Governo regional, são 70 milhões de euros.

**Mas não têm de ser alienados, não há decisão de alienação. Até podem ter outro fim social. Podem ter os fins que quiserem.** O que nós nos comprometemos a fazer e bem, foi financiar o hospital. Não foi financiar outros fins atribuídos a esses outros imóveis. Esses outros imóveis devem ser alocados ao financiamento deste hospital. Se, por decisão da Região, tiverem outro destino, a Região obviamente tem toda a autonomia da gestão do seu património. Agora, a República é que se comprometeu a financiar aquilo que lhe foi solicitado, que foi o hospital, sendo que, convém não esquecer, a saúde está regionalizada, é uma competência própria da Região e, portanto, o financiamento, por parte da República, do investimento do hospital é uma decisão excepcional, tendo em conta a importância do hospital para o funcionamento...

**Projecto de interesse comum reconhecido pela Assembleia da República. Não. Pelo Governo e depois pela Assembleia da República.**

**Enquadra todas estas questões na esfera do combate político ou falta de diálogo? Não há falta de diálogo nenhum. O diálogo, aliás, é excelente. Sempre que encontro o presidente do GR, nas reuniões do Conselho de Estado, nas reuniões que tive com ele aqui, nas reuniões que tive com ele em Lisboa, quando nos encontramos em qualquer evento social, a relação é sempre excelente, simpática. É difícil encontrar um interlocutor pessoalmente mais simpático do que o Miguel Albuquerque. Agora, há ali uma questão de duas personalidades. A personalidade que se senta à mesa a conversar connosco e depois a que diariamente entende que para afirmar**

a autonomia passa por insultar o Governo da República todos os dias.

**Quando diz personalidades, está a referir-se à mesma pessoa ou também ao vice-presidente? Estamos a falar de Miguel Albuquerque.**

**Na questão da mobilidade aérea. O Governo vai estipular um tecto? É uma questão que preocupa os madeirenses e preocupa também a República, que viu a sua despesa aumentar de 14 para 70 milhões. O que nós propusemos às regiões autónomas foi que nós transferíamos para as regiões o montante pago em 2017, creio que foi o ano de referência, e, com essa verba, as regiões autónomas negociavam com as companhias o mecanismo de subsídio social de mobilidade que achassem mais justo, mais razoável e mais ajustado à realidade de cada região, visto que não é difícil perceber que as circunstâncias negociais de uma e outra região são distintas e, neste caso, aliás, favoráveis à Madeira.**

**Mas porquê passar para as regiões se essa é uma competência do Estado, um dever do Estado? Bom, eu julgava que as regiões gostavam de ver reforçada a sua autonomia e reforçar a sua autonomia é reforçar os meios necessários para gerirem autonomamente. Se não querem assumir esse reforço da autonomia, então o Estado tem de poder rever este mecanismo, que é um mecanismo do ponto de vista financeiro, insustentável para o conjunto dos portugueses, sem benefício concreto para os residentes das próprias regiões autónomas.**

**Essa revisão seria em que sentido? Teríamos de fazer com as companhias. Eu quero acreditar que passada a turbulência eleitoral retomaremos um estado, ainda que transitório, de bom senso necessário para que a Região não deixe de querer ver aumentadas as suas capacidades de exercer autonomamente as competências.**

**E se o PS da Madeira não vencer as próximas eleições, as medidas que vem preconizando serão aplicadas com outro Governo que ganhe as eleições? Nós não temos medidas para um governo PS e medidas para um governo PSD. Nós temos as medidas do governo da República, que executamos com os governos regionais como exercemos relativamente a 308 municípios. A escolha da próxima Assembleia legislativa Regional é uma escolha exclusivamente dos eleitores da Madeira. Eu não sou recenseado no círculo eleitoral da Madeira e portanto, não voto.**

**Mas gostava que fosse Cafôfo a ga-**



## ESSES OUTROS IMÓVEIS DEVEM SER ALOCADOS AO FINANCIAMENTO DESTA HOSPITAL

### (PARA O FERRY) NÃO HÁ NENHUMA RAZÃO PARA RECUSAR À PARTIDA. PODEMOS FAZER O ENSAIO

nar. Obviamente, como secretário-geral do PS, desejo aquilo que seguramente o presidente do PSD deseja, que é a vitória do seu partido.

**Gostava de ficar para a história como o secretário-geral do PS que ganhou o continente e as regiões autónomas? Não tenho a ambição de ficar na história e essa decisão é uma decisão que caberá exclusivamente aos madeirenses e porto-santenses tomar e o governo da República trabalha com o GR que surgirá das próximas eleições, como faz com a Madeira, como faz com os municípios, como faz com o Presidente da República, como faz com o poder judicial.**

**Como vê a hipótese de uma eventual geringonça também aqui na Madeira? São questões que têm a ver com a política regional e que cabem exclusivamente ao PS-Madeira, no âmbito da sua autonomia, gerir os resultados eleitorais.**

**Por que é que disse que tem uma obsessão pela Madeira? Foi uma resposta, porque na altura, já não me lembro bem que foi, mas foi alguém do PSD, creio que até foi o próprio Dr. Miguel Albuquerque, que disse que eu tinha uma obsessão pela Madeira e eu disse que sim. Tenho mesmo uma obsessão pela Madeira. Adoro vir à Madeira, adoro os madeirenses, são pessoas absolutamente encantadoras na forma de receber, adoro fazer as levadas da Madeira, adoro nadar no mar da Madeira, adoro comer as espetadas**

da Madeira, adoro vir à Madeira, sim, tenho uma obsessão pela Madeira como tenho, aliás, uma obsessão pelo conjunto do País e que as pessoas em todo o País possam viver cada vez melhor e em melhores condições.

**Até onde é que o aprofundamento das autonomias pode ir, em seu entendimento, designadamente, em termos fiscais? As autonomias tiveram uma boa evolução. Aliás, a última revisão constitucional sanou o essencial do chamado contencioso das autonomias e orgulho-me muito de ter sido o líder parlamentar do PS, que negociou com o então líder parlamentar do PSD, Guilherme Silva, esse acordo histórico de revisão constitucional de 2004, que permitiu resolver o essencial dos problemas das autonomias. A partir daqui, acho que a questão não está mais na Constituição. Está na dinâmica das relações entre a República e as regiões autónomas, que são muito fluídas relativamente à Região Autónoma dos Açores. Relativamente à Madeira, tem dias, que tem menos a ver com o quadro legal e mais a ver com os círculos políticos.**

**Ontem (sábado) falou na revisão da Lei de Finanças regionais. O que é que pode ser alterado na LFR e qual é a mais-valia de o fazer? Disse que era uma das coisas a serem discutidas na tal primeira reunião consigo, Cafôfo e o presidente açoriano. Foi essa a proposta que o Dr. Paulo Cafôfo apresentou, eu disse que seria um tema excelente para a primeira reunião...**

**Mas acho que os Açores não querem muito saber de alterar a Lei de finanças. Eu disse que era um excelente tema para a primeira reunião de trabalho, que tivesse com ele, caso fosse presidente do GR, e com o presidente do governo regional dos Açores, precisamente porque não há ponto de vista coincidente e é necessário fa-**

zer um trabalho em conjunto. Relativamente às outras matérias que foram colocadas, seja sobre o trabalho que temos vindo a desenvolver para tentar obter uma terceira companhia com voos regulares para a Madeira, quer relativamente à questão da ligação marítima, pode confirmar que continuamos empenhados e esperançados em que seja possível encontrar rapidamente uma solução para a terceira companhia e, por outro lado, relativamente à ligação marítima, não só o porto de Lisboa já está fisicamente preparado para poder acolher os ferries, como estamos disponíveis para abrir um concurso para ver se é viável e testar a viabilidade de mercado dessa solução.

**Com possibilidade de financiamento da República a essa linha, a essa ligação? Sim, com certeza, como acontece actualmente relativamente à linha de Portimão.**

**Quando pode avançar esse concurso, logo no início do ano, logo a seguir às eleições? Da nossa parte, nós estamos disponíveis para, se as autoridades regionais assim o desejarem e quando o desejarem, sentarmos-nos à mesa, preparar o caderno de encargos e fazer o teste de mercado. Como sabe, há quem tenha muitas dúvidas sobre a viabilidade efectiva dessa linha, mas eu acho que não há nada como testar o mercado, ver se há viabilidade ou se não há viabilidade. Acho que não há nenhuma razão para recusar à partida e acho que podemos fazer o ensaio e o teste.**

